

Editorial

O ano de 2017 marcou o início de uma virada para a Revista do Serviço Público (RSP), inaugurando novos desafios para os anos vindouros. As transformações promovidas visam a um trabalho de longo prazo, voltado para a melhoria da qualidade e reputação da Revista, promovendo a publicação de artigos relevantes na área de políticas públicas e de gestão pública. O objetivo, antes de tudo, é pavimentar um caminho que leve à excelência das submissões, aliada à aderência com as necessidades do setor público brasileiro. Dito isso, o caminho que estamos iniciando será longo.

No ano de 2017, iniciamos uma rota que alia o maior rigor no processo de *desk review* e *blind review* com uma estratégia de internacionalização da produção. Ampliar a reputação da Revista torna-se importante, devendo ela ser um espaço plural e dinâmico de discussão a respeito de problemas e análise sobre políticas públicas e gestão pública. Em adição, sermos capazes de trazer as discussões contemporâneas e internacionais para as páginas da Revista do Serviço Público é fundamental para o seu desempenho. Os desafios são muitos ao longo desse caminho que iniciamos. E envidaremos todos os esforços nessa direção.

O desafio da contemporaneidade é enorme para a Revista do Serviço Público. Tendo 80 anos e carregando em suas páginas a história da gestão pública no Brasil, as citações dos artigos ocorrem, especialmente, no período de meia-idade. O grande volume de citações ocorre, em média, em artigos com 8 a 10 anos de publicação. Ou seja, o período de meia-vida dos artigos propulsiona as citações dos artigos da Revista do Serviço Público. Por um lado, ela pode ser concebida como um grande repositório da história do serviço público no Brasil. É possível ver, em suas páginas, essa concepção, uma vez que ela trata de políticas e processos de governo. Porém, precisamos considerar esse fator no impacto dos artigos. Precisamos fomentar a contemporaneidade dos artigos, de modo a trazer ao centro da discussão problemas relevantes e atuais que demandem respostas do setor público.

Tendo isso em consideração, a principal mudança é pensar a linha editorial da RSP. Ter clara a sua concepção e missão será vital para o caminho que procuramos. E essa direção consiste em associar a contemporaneidade com a internacionalização, de forma a torná-la atraente para a comunidade acadêmica e de *practitioners* que se dedicam à análise de políticas públicas e de gestão pública. Por essa razão, a criação do Conselho Científico da RSP foi fundamental. Primeiro, para alinhar essa estratégia editorial, de forma plural e organizada, visando o caminho a ser percorrido. Ao fortalecer o processo de *desk review*, fortalecemos a direção e a

nova política editorial da Revista. Mesmo que isso implique em retornos e freios de arrumação ao longo do caminho. Segundo, para melhorar a qualidade dos artigos submetidos, traçando uma linha de atuação que invista nas capacidades analíticas e no fortalecimento metodológico dos artigos.

Assim, neste momento de mudança, o quantitativo e o perfil das submissões mudaram. Primeiro, ao fortalecer o processo de *desk review*, estabelecemos o filtro editorial, que alinha a publicação dos artigos com aquilo que se deseja em termos de contribuições e discussões. Segundo, favorece uma linha editorial mais clara, que seja plural em sua concepção, mas alinhada com o que se espera em termos de qualidade de publicações científicas.

O fortalecimento do processo de *desk review* foi a principal mudança. Interessante notar nesse painel que o maior volume de reprovações ocorre exatamente nesse momento do processo editorial. Passamos a trabalhar com uma linha editorial clara, voltada para problemas e rigor analítico e metodológico das submissões.

Nesse período, entretanto, o número de submissões reduziu. O maior rigor do processo de *desk review* e a construção de uma política editorial mais clara promoveu mudanças no número de submissões, de forma que passamos a não aceitar estudos de caso genéricos e sem rigor metodológico e artigos com pouca densidade analítica. Isso reverbera na comunidade de forma que os autores estão ajustando sua estratégia. Na linha editorial traçada, valorizamos o rigor metodológico e o desenvolvimento analítico das submissões, tendo em vista as melhores práticas no campo das publicações científicas.

O fato é que o ano de 2017 iniciou esse processo de transformação da Revista do Serviço Público. E precisamos realçar que esse processo é, sobretudo, coletivo, envolvendo o esforço de várias pessoas. Em particular, o Conselho Científico e o Conselho Editorial da Revista do Serviço Público, que reúne especialistas da comunidade acadêmica e da comunidade de *practitioners* que dedicam parte de seu trabalho para a melhoria constante. O trabalho dessas pessoas foi fundamental no início dessas mudanças e será o motor de condução da revista na busca da excelência e do impacto que esperamos gerar no conhecimento produzido em sua área de vocação.

Desafios traçados, o *roadmap* constituído. Os próximos anos serão de efetivação dessas mudanças, de forma a caracterizar a Revista do Serviço Público como publicação de referência nos campos das políticas públicas e da gestão pública. Essa será a principal tendência da RSP nos próximos anos. Alguns resultados, nesse sentido, já se iniciam neste último número de 2017. Fizemos a tradução do artigo inédito do professor Johan P. Olsen, **Accountability democrática e a mudança da ordem política europeia**. Trata-se de conferência apresentada no último encontro

do *European Consortium for Political Research* (ECPR), ocorrido em setembro de 2017, no qual trata dos problemas relacionados ao fortalecimento das instituições de *accountability* e o seu papel na produção de mudanças no contexto das ordens políticas. Trata-se de um problema relevante e contemporâneo, que desafia a concepção da democracia.

Neste mesmo número da RSP, temos o artigo **Priorização do desenvolvimento de competências em organização pública**, de Lana Montezano, José Bento Carlos Amaral Junior, e Antônio Isidro-Filho. Trata-se de uma contribuição importante a respeito do problema das competências de servidores públicos e a processos de desenvolvimento institucional das organizações. O mesmo se pode dizer a respeito do artigo **Os gastos ambientais dos estados brasileiros: uma análise exploratória**, de Benilson Borinelli, Thaís Accioly Baccaro, Natália Nakay Guandalini. Não apenas no que tange à contemporaneidade da questão ambiental e sua centralidade na sustentabilidade, mas também na problematização da questão do gasto público e o aprimoramento da eficiência do gasto.

Nesse contexto, a discussão sobre redes de governança, inovação e processos são fundamentais para o desenvolvimento de novas perspectivas a respeito do serviço público. O artigo **Inovação no processo de compra de medicamentos: estudo de caso do Ministério da Saúde**, de Dayse Karenine de Oliveira Carneiro e de Pedro Carlos Resende Junior traçam um novo caminho para a análise e compreensão das compras governamentais, de modo a inserir o problema da inovação no contexto das organizações públicas. Já o artigo **Desafios da governança esportiva brasileira: o caso da Rede Nacional de Treinamento**, de Vítor Evangelista Almada, Pílade Baiocchi Neto e Bernardo Furtado problematiza a questão das redes sociais e o processo de governança compartilhada em políticas públicas.

O artigo **Contribuição das emendas parlamentares ao orçamento do Sistema Único de Assistência Social**, de Rodrigo Morais Lima Delgado, Rodrigo Lino de Brito, Mariana Helcias Côrtes Sagastume e Bruno Pinto Moraes traz uma importante contribuição à comunidade de *practitioners*. A construção de políticas públicas deve partir de uma aliança entre Poder Executivo e Poder Legislativo para a melhoria das condições de implementação de políticas, especialmente no que diz respeito às condições orçamentárias. Por fim, o artigo **Lei de Benford aplicada à auditoria de obras públicas: análise de sobrepreço na reforma do Aeroporto Internacional Tancredo Neves**, de Maurício Soares Bugarin e Flávia Ceccato Rodrigues da Cunha traz uma importante contribuição para a análise de auditorias. Aplicando a Lei de Benford, os autores tratam dos processos matemáticos de seleção de casos e usos em algoritmos que ampliem a eficiência dos processos de auditoria.

Todas as contribuições que buscamos na Revista do Serviço Público visam ao aprimoramento da gestão e das políticas públicas, de forma a fomentar o debate sobre os mecanismos que ampliem a qualidade dos serviços públicos e a eficiência da máquina administrativa. Revisada e bem caracterizada a nossa missão, buscaremos dentro do rigor científico os meios para o fomento do conhecimento aplicado, com o fito de ajudar a promover melhorias e qualificar o debate a respeito da gestão pública no Brasil.

Fernando Filgueiras

Editor-Chefe